





são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato: A Empresa utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Empresa. A Empresa revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto) - o que pode levar a um aumento na inadimplência - as taxas de perda histórica são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato estão divulgadas na Nota 5. Tributos: Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre tributos diferidos, vide Nota 16. Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A Nota 22 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido. A contraprestação contingente, resultante de combinações de negócios, é avaliada pelo valor justo na data da aquisição como parte da combinação de negócios. Quando a contraprestação contingente atende à definição de passivo financeiro, é subsequentemente reavaliada ao valor justo a cada data de reporte. O valor justo é baseado no fluxo de caixa descontado. As principais premissas consideradas a probabilidade de atingir cada objetivo e o fator de desconto. Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: A Empresa não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Empresa teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Empresa estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Empresa. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Empresa reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 4. Caixa e equivalentes de caixa: 31/12/21 31/12/20 Caixa 516 1.075 Bancos - Conta movimento 2.304 1.544 Aplicações de liquidez imediata (a) 6.463 12.553 9.283 15.172 (a) Aplicações de liquidez imediata são representadas por aplicações financeiras de liquidez imediata (Certificados de Depósito Bancário - CDBs), registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, remunerados a taxas que variam entre 65% e 99,1% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixos, portanto, a Empresa possui o direito de resgate imediato. 5. Contas a receber: 31/12/21 31/12/20 Clientes - Mercado interno 20.672 15.857 (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (99) - 20.573 15.857 A composição do saldo por faixa de vencimento está apresentada a seguir: 31/12/21 31/12/20 A vencer 18.725 15.031 Vencidos de 0 a 30 dias 1.586 787 Vencidos de 31 a 60 dias 136 22 Vencidos de 61 a 90 dias 123 11 Vencidos há mais de 90 dias 102 6 20.672 15.857 A movimentação da estimativa para perdas esperadas no exercício está detalhada a seguir: 31/12/21 31/12/20 Saldo inicial - - Adições (441) (1.492) Reversões 225 - Baixas 117 1.492 Saldo final (99) - O saldo da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa corresponde substancialmente à provisão de perdas estimadas realizada pela aplicação do índice de perdas históricas sobre o valor do faturamento. A Empresa monitora constantemente o saldo de recebíveis, considerando o conceito de perda incorrida e perda esperada e quando na menor expectativa de não haver a possibilidade de seu recebimento, constitui-se a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. 6. Estoques: A composição dos estoques está demonstrada a seguir: 31/12/21 31/12/20 Estoque de mercadorias para revenda 31.821 30.380 Provisão para realização de estoques (229) - 31.592 30.380 Os estoques são constituídos por diversos produtos alimentícios para revenda, bem como antecipações de compras. Em 31/12/2021 e de 2020, não há concentração em um produto principal e o giro do estoque é compatível para a expectativa de venda futura. A movimentação da provisão para realização de estoques no exercício está detalhada a seguir: 31/12/21 Saldo no início do exercício - - Constituição de provisão (1.361) Reversão de provisão 1.132 Saldo no final do exercício (229) 7. Impostos a recuperar e recolher: 31/12/21 31/12/20 Impostos a recuperar: ICMS a recuperar 1.498 - PIS/COFINS a recuperar 10.506 15.944 IRPJ e CSLL a recuperar 441 - Outros impostos a recuperar 185 - 12.630 15.944 Relatário do auditor independente sobre as demonstrações financeiras: Aos Administradores da Cerealista Nova Safra Ltda. - Contagem (MG). Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Cerealista Nova Safra Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Empresa em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em

Table with columns for 31/12/21 and 31/12/20. Rows include: Impostos a recolher (ICMS, PIS/COFINS, IRPJ e CSLL, Outros), Partes relacionadas (Contas a pagar, Contas a receber), Passivo/Passivo circulante (Congebras Alimentos S.A., MGLG Log Transportes, Imperial Importação), Resultado: Resultado operacional (Congebras Alimentos S.A., Imperial Importação, MGLG Log Transportes), Imobilizado (Edificações, Veículos, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Equipamentos de informática), Edificações Benfeitorias em bens locados, Veículos, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Equipamentos de informática, Imobilizado em andamento, Intangível (Softwares, Concessão de uso, Marcas e patentes), Arrendamentos CPC 06 (R2), Estoques (Estoque de mercadorias para revenda), Impostos a recuperar e recolher.

Table with columns for 31/12/21 and 31/12/20. Rows include: Os saldos têm vencimento conforme segue (2021, 2022, 2023, 2024, 2025), Os contratos de aluguel possuem prazos de 2 a 25 anos de duração, 13. Obrigações sociais e trabalhistas (Salários e ordenados a pagar, Provisão de bônus e gratificações, Férias e encargos, INSS a recolher, FGTS a recolher, IRRF a recolher), 14. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis (Saldo inicial, Baixa/Reversão de processos cível, Início de ação jurídica de origem cível, Início de ação jurídica de origem trabalhista, Baixa/Reversão de processos trabalhistas, Início de ação jurídica de origem tributária, Baixa/Reversão de processos tributários, Saldo final), 15. Patrimônio líquido: Capital social (Total, Quotas, Reserva de lucros), Lucro antes do IR (IRPJ) e da CS (CSLL), Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL, Diferenças permanentes, Despesas indedutíveis, IRPJ e CSLL creditados (debitados) ao resultado do exercício, Correntes, Diferidos, Diferidos: O IR e a CS diferidos ativo são compostos como segue: Ativo: Provisão para créditos de liquidação duvidosa, Provisão de comissões, Provisão para realização de Estoques, Provisão de contas a pagar, Provisão de Bônus, Outras provisões, Aliquota aplicável estimada IR e CS diferidos, Os créditos reconhecidos têm por base diferenças temporárias, principalmente comissões e provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de realização. 17. Receita líquida: Receita de vendas e serviços, (-) Deduções da receita bruta: Impostos, Devolução de vendas, Provisão para perdas com clientes, Receita líquida), Fator de risco (Passivo, Fornecedores, Taxa do dólar utilizada - R\$, Fator de risco, Passivo, Fornecedores, Taxa do dólar utilizada - R\$), 22. Cobertura de seguros: Os saldos de provisões para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de realização. 17. Receita líquida: Receita de vendas e serviços, (-) Deduções da receita bruta: Impostos, Devolução de vendas, Provisão para perdas com clientes, Receita líquida), Fator de risco (Passivo, Fornecedores, Taxa do dólar utilizada - R\$, Fator de risco, Passivo, Fornecedores, Taxa do dólar utilizada - R\$), 22. Cobertura de seguros: A Empresa possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Incêndios, Perda de aluguel, Lucros cessantes, Danos morais, Vendaval, Responsabilidade civil, Danos elétricos, Impacto de veículos, Equipamentos, Desmoroamento, Outros), 23. Eventos subsequentes: A administração da Empresa está acompanhando os possíveis impactos da COVID 19 em seus negócios no decorrer de 2022, tendo sido elaborados planos de contingências para manter a continuidade operacional de sua operação conforme mencionado na nota explicativa 1. A administração da Empresa não considera que exista risco de recebimento de seus recebíveis. Na data dessas demonstrações contábeis não é possível mensurar outros riscos que possam surgir e consequentemente resultar eventuais perdas, pela continuidade da pandemia em 2022, que poderá gerar sobre suas estimativas ou sobre os negócios da Empresa. 24. Aprovação para emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2021: As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 17/08/2022. Diretoria: Mauricio Câmara - Diretor Presidente, Patrícia Diniz de Paiva - Diretora Financeira, Contador: Wagner da Silva Serafim - CRC PR - 060752/O-2 T SC

Table with columns for 31/12/21 and 31/12/20. Rows include: 18. Custos e despesas por natureza (Mercadorias de revenda, Fretes e agregados, Manutenção, Salários e encargos sociais, Comissões, Serviços terceiros, Serviços de armazenagem, Aluguel e condomínio, Energia elétrica, Depreciação e amortização, Outras despesas), 19. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Resultado na alienação de ativos, Recuperações tributárias, Recuperação de despesas, Pagamentos de obrigações com antigos sócios, Outras receitas (despesas), líquidas, Resultado), 20. Resultado financeiro: Receitas financeiras (Rendimentos de aplicações financeiras, Juros ativos, Descontos obtidos, Variação cambial ativa), Despesas financeiras (Juros sobre passivos financeiros, Juros sobre direito de uso de imóveis, Outras despesas financeiras, Descontos concedidos, Variação cambial passiva), Resultado financeiro), 21. Instrumentos financeiros: Estão apresentadas as informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos, seus objetivos e as políticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito: É o risco de prejuízo financeiro para a Empresa caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem dos recebíveis representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito em 31/12/2021 e de 2020 é como segue: Caixa e equivalente de caixa, Contas a receber, Partes relacionadas, Total, Política de gestão de risco corporativo determina que a Empresa avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como as propostas de mitigação de risco para o cumprimento dos compromissos e das obrigações assumidas. A Empresa e suas controladas possuem aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Risco de liquidez: A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Empresa, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Empresa gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos. A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa dos passivos financeiros mantidos pela Empresa em 31/12/2021: Até 1 ano, De 1 a 2 anos, Fornecedores, Arrendamentos mercantil, Partes relacionadas, Risco operacional: É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e a fatores externos, exceto risco de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulamentares e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Empresa. O objetivo da Empresa e de sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. Risco de taxa de juros: a) Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio: Esse risco advém da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Empresa monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado. A Empresa não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31/12/2021. Risco de câmbio: O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Empresa ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Empresa (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Brasil). A Empresa gerencia seu risco de câmbio por meio de fechamento de câmbio antecipado as quais se espera que devam ocorrer no período máximo de 30 dias. Sensibilidade à taxa de câmbio: A Empresa possui risco cambial pela exposição de fornecedores em moeda estrangeira, dólar americano (USD).

conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por



administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Blumenau, 17 de agosto de 2022. **ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.** - CRC-SC000048/F, **Cleverson Luís Lescowicz** - Contador - CRC-SC027535/O-0.

**SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SISTEMAS ELÉTRICOS DE POTÊNCIA LTDA - COPPEX**  
Inscrita no CNPJ sob o nº 05.265.113/0001-32, NIRE 31208122228, convoca seus sócios para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a realizar-se em sua sede localizada na Rua Cutiábi, nº 1180, bairro Prado, Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 26/09/2022, às 14h30min, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: AGE: a) alteração do endereço da sede da sociedade, com alteração da Cláusula 1ª; b) admissão e retirada de sócios, com a alteração da Cláusula 3ª; c) outros assuntos de interesse da sociedade. Belo Horizonte, 09/09/2022. Antônio Trindade de Ávila (Diretor Presidente), Wellington Célio Campos (Diretor de Gestão e Planejamento) e Humberto Dico de Oliveira (Diretor Financeiro).

**TERRA SANTA ADMINISTRADORA DE CEMITÉRIOS E IMÓVEIS S.A.**  
CNPJ: 04.997.348/0001-56 - NIRE: 31.300.112.942  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**  
Ficam convocados os senhores acionistas do Terra Santa Administradora de Cemitérios e Imóveis S.A. ("Companhia"), para comparecer à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 21 de setembro de 2022, às 10 (dez) horas, na sede social da Companhia, localizada Rodovia MGT 262, KM 05, Bairro Nações Unidas, Sabará, Estado de Minas Gerais - CEP 34.590-390, em primeira convocação, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Ratificar os atos praticados pelos diretores da Companhia de 27 de junho de 2021 até a presente data, tendo em vista o término dos seus respectivos mandatos na retro referida data; e (ii) Eleição do novo Diretor Presidente e do novo Diretor sem designação específica da Companhia, para um prazo de mandato de 3 (três) anos. Sabará/MG, 12 de setembro de 2022.  
(a) **Jorge Luiz Cintra Avelar** - Diretor

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO RETIRO/MG**  
**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2022**  
A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Retiro/MG, torna pública que fará realizar licitação exclusiva conforme art. 48, LC 123/2006, Pregão Presencial nº 30/2022, no dia 26 de setembro de 2022, às 08h30minutos, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na R. Jacob Fernandes, 83 - Centro. Objetivando SRP - Sistema de Registro de Preço para prestação de serviços na contratação de Show Musicais, bem como equipe de apoio, locação de equipamentos, sonorização, iluminação e estrutura em geral, para realização das diversas festividades do Município de Santo Antônio do Retiro/MG, conforme descrição constante no anexo termo de referência. Os interessados poderão adquirir o edital no endereço acima mencionado das 08:30 às 11:30 horas ou pelo e-mail licitacao.santoantoniodoretiro@yahoo.com - As alterações, notificações, intimações, resultados, extrato de contrato serão publicados no quadro de avisos da prefeitura - Órgão Oficial de Publicação do Município. Santo Antônio do Retiro, 13 de setembro de 2022 - Ivo Fernandes Silva - Prefeito Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL/MG**  
O Município de Monte Azul/MG torna público a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório nº 100/2022, modalidade Pregão Presencial nº 026/2022, objetivando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria e assessoria especializada, gerenciamento, monitoramento, operacionalização e execução das ações de serviços da atenção básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Monte Azul/MG, com base no Art. 49 da Lei 8.666/93 e Súmulas 473 do STF. Demais informações pelo e-mail: licitacao02@gmail.com ou diretamente na sede do município, na Pça. Coronel Jonathas, nº 220, Centro, no horário de 07:00h às 13:00h - Monte Azul/MG, 13/09/2022 - Paulo Dias Moreira - Prefeito Municipal.

**EDITAL - Diuliane Moreira de Aguiar. Oficial Interina do Registro de Imóveis da Comarca de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais,**  
Faz saber a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte MARIA CECILIA NOBRE SOUTO, brasileira, divorciada, dentista, portadora do CPF 291.859.046-00 e Id. MG-1.059.931 residente e domiciliado na Rua Carangola, 253, apto 201, bairro Santo Antônio, Belo Horizonte, foi requerido a esta serventia o pedido de RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA do imóvel localizado na Rua Cacimba, bairro Soberbo, Serra do Cipó, Santana do Riacho/MG, com a área de 1.159,69m² (mil cento e cinquenta e nove metros quadrados e sessenta e nove decímetros quadrados) requerente/autor, que tramita nesta Serventia do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jaboticatubas/MG, pedido de USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, conforme artigo 1.071 do Código de Processo Civil Brasileiro, Lei Federal 13.105 de 2015, e artigo 216-A da Lei de Registro Público, Lei Federal 6.015/73, do referido imóvel. A documentação exigida para a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL ora em curso, encontra-se no petição inicial nesse cartório, à disposição de interessados à saber: ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO- AGU, ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERIAS- AGE, e MUNICÍPIO DE SANTANA DO RIACHO/MG e ICMBio (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE). As impugnações ao reconhecimento da usucapião extrajudicial de entes públicos ou interessados devem ser endereçadas ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jaboticatubas/MG, em 15 (quinze) dias contados da publicação deste edital no Sistema eletrônico CRI/MG (Central Eletrônica de Registro de Imóveis do Estado de Minas Gerais). Jaboticatubas/MG, aos 19 dias do mês de Julho de 2022. A Oficial Interina: Diuliane Moreira de Aguiar



**EDITORES-EXECUTIVOS**  
Ana Paula Lima  
Lunarde Teles (Imagem)

**COMERCIAL - SP/RJ/DF/MG**

Rodrigo Cheiricatti  
(31) 3253-2205 - (31) 98884-6999  
rodrigo.carvalho@hojeemdia.com.br

**GERAL:** (31) 3253-2205

**RODRIGO CHEIRICATTI**  
DIRETOR-EXECUTIVO  
rodrigo.carvalho@hojeemdia.com.br

**PUBLICIDADE LEGAL**  
**EDITAIS E BALANÇOS**  
Maria Emilia Rodrigues - (31) 98722-9241  
Simone Amorim - (31) 99642-9883  
fonados@hojeemdia.com.br

**MERCADO LEITOR**  
circulacao@hojeemdia.com.br

**RELACIONAMENTO COM O CLIENTE**  
(31) 3253-2205  
atendimento@hojeemdia.com.br

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BADARÓ/MG**  
O município de Francisco Badaró/MG, torna público que fará realizar Processo Licitatório nº 081/2022 - modalidade Tomada de Preços nº 009/2022. Tipo: menor preço por LOTE, para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços na perfuração e revestimento de 04 (quatro) poços artesanais, em comunidades rurais, visando atender demandas do município de Francisco Badaró/MG, com fornecimento de materiais e mão de obra. Data: 03/10/2022 às 09:00h. Maiores informações fone: (33) 3738-1123 / 3738-1228. E-mail: setor.licitacao@franciscobadaro.mg.gov.br

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFUNALITARIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE**  
Aviso de Licitação - Procedimento Administrativo nº 057/2022 - Concorrência nº 001/2022 - O CIMAMS - Consórcio Intermunicipal Multifuneralitário da Área Mineira da Sudene, torna público o Processo Adm. nº 057/2022. Concorrência nº 001/2022. Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de reforma de edificação de uso público para construção do auditório do Centro de Convenções do CIMAMS. Entrega dos envelopes de Habilitação e Proposta de Preços: Até às 09:00hs do dia 18/10/2022. Sessão de Abertura e Julgamento: Dia 18/10/2022 às 09:30hs. O edital e seus anexos poderão ser obtidos no endereço eletrônico: www.cimams.mg.gov.br / Informações pelos telefones: (38) 3221-0841 ou (38) 99970-3832. Rafael Gonçalves Chagas - Presidente da CPL.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG**  
**AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO**  
**Pregão Eletrônico - nº 41/2022**  
O Município de Nova Lima torna público, que fará realizar a Reabertura do **Pregão Eletrônico - nº 41/2022**. Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de diagnóstico socioterritorial. Data de realização 26/09/2022 às 09:00 h. O edital poderá ser retirado no site www.novalima.mg.gov.br, em Portal da Transparência/Publicações. Nova Lima, 14 de setembro de 2022.  
**A Pregoeira**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**Credenciamento nº 015/2022**  
**Processo Licitatório nº 0395/2022**  
O Município de Nova Lima, torna público a realização do Credenciamento nº 015/2022, Processo Licitatório nº 0395/2022. Objeto: Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas que se interessem em realizar o Credenciamento de Barracas e Seleção de Interessados para Expor no evento "Festival Viva Arte - Edição Centro". A adesão ao credenciamento dar-se-á nos dias 22/09/2022 e 23/09/2022 das 08:30 horas às 17:00 horas. O Edital está disponível a partir do dia 14/09/2022 no site www.novalima.mg.gov.br e no setor de Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Lima. Nova Lima, 06 de setembro de 2022.

**IRACEMA BARRETO**  
Editora Chefe

**REDAÇÃO**  
(31) 98466-5170  
Rua dos Pampas, 484, Prado  
CEP: 30.411-030 - Belo Horizonte-MG

**EDIMINAS S/A**  
Editora Gráfica Industrial de MG



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO MARANHÃO/MG.**  
Torna público que fará realizar Processo Licitatório nº 02/2022 - Modalidade Pregão Presencial nº 02/2022. Objeto: Aquisição de Um Veículo Zero Quilômetro 1.0, ano 22/23. Data da entrega dos envelopes e abertura: 27/09/2022, até às 10h00min. O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede da Câmara Municipal, sito à Praça Serra Negra, nº 237, Centro. Tel.: (33) 3432-1379 ou por e-mail: camarasm@uol.com.br.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG**  
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**  
O Prefeito Municipal Homologa o resultado do Processo Licitatório nº 092/2022 na Modalidade **Pregão Eletrônico nº 026/2022**. OBJETO: **Contratação de Empresa para Prestação de Serviços na Área da Saúde, para procedimentos cirúrgicos eletivos, consultas e exames na especialidade de Oftalmologia para Cirurgias de Catarata, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. LICITANTE ARREMATANTE: GAESA SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA pelo Lote 001 no valor global de R\$ 202.145,00 e pelo Lote 002 no valor global de R\$ 36.182,50; perfazendo o valor global do processo em R\$238.327,50. São Francisco/MG, 12 de Setembro de 2022.  
Ass. Miguel Paulo Souza Filho.  
Prefeito Municipal.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG**  
**AVISO DE ANULAÇÃO**  
**Processo Administrativo: nº 175/2022**  
**Pregão Eletrônico: nº 34/2022**  
Objeto: Eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender as escolas e creches municipais da Secretaria Municipal de Educação do Município de Nova Lima. O Município de Nova Lima, decide através do Secretário Municipal de Segurança e Mobilidade Urbana, **anular** o processo Licitatório em epígrafe, tendo em vista o interesse público, de acordo com o Art. 49 da Lei 8.666/93. Nova Lima, 16 de junho de 2022.  
**Cristiano Antônio Vieira Gomes**  
Secretário Municipal de Segurança e Mobilidade Urbana

**LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**  
Presencial e Online  
1º Leilão: 23/09/2022 às 10h30 | 2º Leilão: 27/09/2022 às 10h30  
Credor Fiduciário: ITAÚ UNIBANCO S/A • Fiduciante: LUCILENE DAS GRAÇAS ANTUNES  
**LOTE 02 - BELO HORIZONTE/MG**  
**Apartamento nº 201**, do Edifício Ibiza, à Rua Pedro Natalício de Moraes 187 e seu terreno, fração ideal de 1/6 do lote 19, da quadra 45, do Bairro Buritis. - O apartamento tem direito a vaga de garagem de nº06, na forma da convenção de condomínio do Edifício. **Imóvel objeto da matrícula nº 74.006 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG.**  
**Observação:** Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.  
**Lance Mínimo 1º Leilão: R\$ 713.626,06 | Lance Mínimo 2º Leilão: R\$ 356.813,03**  
O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.  
**MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | www.ZUKERMAN.com.br**

**ALTERAÇÃO DA EMPRESA SPE BRISA 16 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CNPJ 21.542.118/0001-11:**

**1. Redução do Capital Social**  
Em conformidade com o que faculta o art. 1.082, II, em razão de capital social excessivo em relação ao objeto da sociedade, os sócios resolvem reduzir o capital social da sociedade, por meio de diminuição proporcional do valor nominal das quotas, no valor total de R\$5.450.000,00 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais).  
Em decorrência da redução supramencionada, o Capital Social que era de R\$ R\$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), totalmente integralizado e dividido em 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil) cotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, passa a ser de R\$500.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) cotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, divididas entre os sócios na seguinte proporção:

Nome do Sócio	Nº Cotas	Vr.Unitário	Vr.Total	%
Sirion Participações S/A	5.000	R\$1,00	RS 5.000,00	10%
Dávila Participações S/A	10.000	R\$1,00	RS10.000,00	20%
Minas Brisa Empreend. Imobiliários Ltda	32.500	R\$1,00	RS32.500,00	65%
Construtora M. Matos Ltda	2.500	R\$1,00	RS2.500,00	5%
<b>Total</b>	<b>50.000</b>	<b>R\$1,00</b>	<b>R\$50.000,00</b>	<b>100%</b>

Dessa forma, a cláusula quarta terá a seguinte redação:  
**Cláusula Quarta:**  
O capital social é de R\$500.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) cotas no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, integralizado em moeda corrente nacional e distribuído entre os sócios na seguinte proporção:

Nome do Sócio	Nº Cotas	Vr.Unitário	Vr.Total	%
Sirion Participações S/A	5.000	R\$1,00	RS 5.000,00	10%
Dávila Participações S/A	10.000	R\$1,00	RS10.000,00	20%
Minas Brisa Empreend. Imobiliários Ltda	32.500	R\$1,00	RS32.500,00	65%
Construtora M. Matos Ltda	2.500	R\$1,00	RS2.500,00	5%
<b>Total</b>	<b>50.000</b>	<b>R\$1,00</b>	<b>R\$50.000,00</b>	<b>100%</b>



# Imperial Importação e Exportação Ltda.

CNPJ nº 06.957.380/0001-33

## Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Balanco patrimonial		Nota	31/12/21	31/12/20
Ativos/Circulantes			61.729	52.063
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.329	2.462	
Contas a receber	5	18.113	17.595	
Estoques	6	28.024	21.393	
Adiantamento a fornecedores	7	3.261	5.006	
Impostos a recuperar	8	1.307	2.192	
Contas a receber com partes relacionadas	9	1.071	1.713	
Títulos a receber	10	-	634	
Outros créditos		624	1.068	
Outros créditos		25.750	29.479	
Não circulantes				
Depósitos judiciais	14	18.307	13.852	
IR e CS diferidos	16.b	1.962	3.166	
Partes relacionadas	9	-	4.035	
Títulos a receber	10	1.018	2.553	
Imobilizado	11	566	872	
Intangível	12	3.139	4.114	
Ativo de direito de uso	15	758	887	
Total dos ativos		87.479	81.542	

Balanco patrimonial		Nota	31/12/21	31/12/20
Passivos e patrimônio líquido/Circulantes			21.317	20.090
Arrendamento	15	115	106	
Fornecedores	13	16.619	14.720	
Contas a pagar com partes relacionadas	9	534	1.674	
Obrigações trabalhistas		821	1.138	
Impostos a recolher	8	929	1.163	
Parcelamento de débitos		280	7	
Outras contas a pagar		2.019	1.282	
Não circulantes		38.138	41.509	
Empréstimos com partes relacionadas	9	18.750	26.272	
Arrendamento	15	735	850	
Parcelamento de débitos		1.264	384	
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	14.787	14.003	
Outras contas a pagar		2.602	-	
Patrimônio líquido		28.024	19.943	
Capital social	17	13.136	13.136	
Reserva de incentivos fiscais		9.766	6.350	
Retenção de Lucros		5.122	457	
Total dos passivos e patrimônio líquido		87.479	81.542	

**2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para discussões legais e determinação do valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos e IR e CS diferidos, entre outras. O resultado real das transações e informações, quando da efetiva realização, pode divergir das estimativas. **3. Principais práticas contábeis:** **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. **3.2. Contas a receber:** As contas a receber de cliente são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal após a provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise dos valores a receber, considerando o conceito de perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras ou eventos que já indiquem a não realização desses valores, em montante considerado suficiente pela Administração da Empresa para cobertura de prováveis perdas na realização, conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 5. **3.3. Impostos a recuperar:** Os impostos a recuperar são apropriados com base na legislação vigente, quando da compra de mercadorias para revenda e demais operações disciplinadas na legislação federal e estadual. **3.4. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, entre os dois, o menor. Custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são agregados ao custo de aquisição, sendo valorizados ao custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. **3.5. Imobilizado:** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. A Empresa revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são consistentes com suas operações em 31/12/2021 e de 2020. As vidas úteis estimadas são apresentadas a seguir.

### Classe de imobilizado

Classe de imobilizado	Vida útil
Beneficentária em bens locados	3% a 10% a.a.
Veículos	7% a 20% a.a.
Móveis e utensílios	5% a 17% a.a.
Máquinas e equipamentos	4% a 13% a.a.
Equipamentos de Informática	6% a 20% a.a.
Instalações	3% a 10% a.a.

**3.6. Não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis ("impairment"):** Os bens do imobilizado e do intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e seu valor líquido de venda, ele é reconhecida no resultado do exercício. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis nos exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020. **3.7. Ativos financeiros:** A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. **Custo amortizado:** Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). O contas a receber da Empresa é contabilizado pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A Empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado. **3.8. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros mantidos pela Empresa são classificados nas seguintes categorias: **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** Incluem-se nessa categoria as obrigações que são passivos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como passivos não circulantes). Os fornecedores, contas a pagar - parte relacionadas empréstimos e financiamentos da Empresa são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **3.9. Fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. As obrigações a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. **3.10. Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas na contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Demonstração do resultado		Nota	31/12/21	31/12/20
Receita líquida	18	309.056	233.530	
Custo das mercadorias revendidas	19	(6.437)	(198.548)	
Lucro bruto		52.619	34.982	
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	19	(26.694)	(23.163)	
Despesas com vendas	19	(11.975)	(10.996)	
Outras receitas operacionais, líquidas	20	(1.372)	3.057	
Lucro operacional antes do resultado financeiro		12.578	3.880	
Resultado financeiro	21			
Receitas financeiras		2.452	4.230	
Despesas financeiras		(3.028)	(6.925)	
Lucro antes do IR e da CS		12.002	1.185	
IR e CS: Correntes	16.a	(2.717)	(1.923)	
Diferidos	16.b	(1.204)	3.166	
Lucro líquido do exercício		8.081	2.428	
Lucro por cota do capital social - em reais		0,615	0,185	

**Demonstração do resultado abrangente**

Demonstração do resultado abrangente		Nota	31/12/21	31/12/20
Lucro líquido do exercício			8.081	2.428
Outros resultados abrangentes			-	-
Resultado abrangente total do exercício			8.081	2.428

**3.11. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Empresa possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Empresa que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Empresa aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação determinada para liquidar a obrigação presente, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação, de acordo com os assessores jurídicos, internos e externos. **3.12. Reconhecimento de receita:** O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto a receita é reconhecida. **Venda de mercadorias:** As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Empresa deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Empresa são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. **Receita de juros:** Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos e recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício. **3.13. Arrendamentos:** A Empresa avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Empresa como arrendatário:** A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Empresa e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Empresa exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Empresa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.14. IR e CS:** A despesa com IR e CS representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes são com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque incluem e exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens que não são tributáveis ou dedutíveis. O passivo referente aos impostos correntes da Empresa é apurado com base nas alíquotas em vigor no fim do exercício, ou seja, 25% para IR e 9% para CS. O imposto diferido é proveniente de diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis, e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias, quando elas revertem, tendo como base as leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas nas datas dos balanços. Os impostos ativos diferidos consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração. Os ativos de IR e CS diferidos são revisados nas datas dos balanços, e são sujeitos à provisão para perda à medida que sua realização não seja mais provável. **3.15. Incentivos fiscais:** A Empresa possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover o incremento da geração de emprego, e a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz econômica dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal. **3.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31/12/2021:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 - Contratos de Seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitam, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes

Demonstração dos fluxos de caixa		31/12/21	31/12/20
Fluxo de caixa das atividades operacionais		8.081	2.428
Lucro líquido do exercício		8.081	2.428
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		1.393	1.205
Baixa do ativo imobilizado		26	160
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		975	1.485
Provisão para realização de estoques		(867)	867
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis		784	110
Juros e variações cambiais		256	294
IR e CS diferidos		1.204	(3.166)
Redução (Aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(1.495)	(4.872)
Estoque de mercadorias		4.299	(4.299)
Partes relacionadas		4.678	(4.100)
Impostos a recuperar		885	(4.429)
Outros créditos		445	(615)
Adiantamentos a fornecedores		1.745	(513)
Depósitos judiciais		(4.455)	371
Títulos a receber		2.170	44
Aumento (Redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		1.899	(1.166)
Partes relacionadas		(1.139)	497
Obrigações trabalhistas		(316)	833
Impostos a recolher		4.224	847
Outras contas a pagar		3.337	1.132
Caixa gerado pelas atividades operacionais		18.065	(12.887)
Impostos de renda e CS pagos		(3.306)	(343)
Juros pagos		(256)	(294)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		14.503	(13.524)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(4)	(3.344)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(4)	(3.344)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação (pagamento) de mútuo com partes relacionadas		(7.521)	14.272
Pagamento de principal do arrendamento mercantil		(111)	(98)
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos		-	(801)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		(7.632)	13.373
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		6.867	(3.495)
Caixa e equivalentes de caixa: No início do exercício		2.362	5.957
No fim do exercício		9.229	2.462
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		6.867	(3.495)

em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º/01/2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada e permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Empresa. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade de exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º/01/2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Empresa avalia o impacto que as alterações terão na prática atual uma vez que a Empresa não possui empréstimos contratados. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º/01/2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º/01/2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Empresa está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. **3.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa, a Administração faz os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão (arrendatário):** A Empresa determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Empresa possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Empresa aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, consideramos todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Empresa reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfiteiros ou customizações significativas no ativo arrendado). A Empresa incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Empresa tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, uma vez que haveria um efeito negativo significativo nas operações da Empresa se um ativo equivalente de reposição não estiver prontamente disponível. Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Empresa normalmente aplica-os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. **Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras



importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato:** A Empresa utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Empresa. A Empresa revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto) - o que pode levar a um aumento na inadimplência - as taxas de perda histórica são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato estão divulgadas na Nota 5. **Tributos:** Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre tributos diferidos, vide Nota 16. **Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A Nota 22 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido. A contraprestação contingente, resultante de combinações de negócios, é avaliada pelo valor justo na data da aquisição como parte da combinação de negócios. Quando a contraprestação contingente atende à definição de passivo financeiro, é subsequentemente reavaliada ao valor justo a cada data de reporte. O valor justo é baseado no fluxo de caixa descontado. As principais premissas consideram a probabilidade de atingir cada objetivo e o fator de desconto. **Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:** A Empresa não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Empresa teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Empresa estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Empresa. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Empresa reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** 31/12/21 31/12/20

reconhecer no balanço patrimonial da entidade os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação. O prazo de realização dos valores demonstrados são em média de 3 meses e sua realização são decorrentes das operações comerciais da Empresa. 31/12/21 31/12/20

Caixa	41	52
Bancos - conta movimento	7.174	641
Aplicações de liquidez imediata (a)	2.114	1.769
	<b>9.329</b>	<b>2.462</b>

Impostos a recolher: A composição dos impostos a recolher em 31/12/2021 e 2020, a seguir:	31/12/21	31/12/20
PIS/COFINS a recolher	11	7
IRPJ a recolher	53	4
ICMS a recolher	410	37
IRPJ a recolher	321	753
CSLL a recolher	120	277
Outros impostos a recolher	14	75
	<b>929</b>	<b>1.163</b>

Aplicações de liquidez imediata são representadas por aplicações financeiras de liquidez imediata (Certificados de Depósito Bancário - CDBs), registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, remunerados a taxas que variam entre 65% e 99,1% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixos, portanto, a Empresa possui o direito de resgate imediato. **5. Contas a receber:** 31/12/21 31/12/20

9. Partes relacionadas: Os saldos entre partes relacionadas são apresentados a seguir: Ativo/Ativo circulante: Contas a receber com partes relacionadas: Oesa Comércio e Representações S.A. (b) 682 111 Congebras Alimentos S.A. (b) 52 58 Cerealista Nova Safra Ltda. (b) 265 - Flecha Foods Ltda. (b) - - DB Distribuidora de Alimentos Ltda. (b) - 1.544

Clientes - mercado interno	18.840	18.138
Provisão para perdas de crédito esperadas	(727)	(543)
	<b>18.113</b>	<b>17.595</b>

Ativo não circulante: Contas a receber com partes relacionadas: Congebras Alimentos S.A. (c) - 4.035		
	<b>18.750</b>	<b>26.109</b>

Resultado/Resultado operacional: OESA S/A (b) 2.048 3.783 Congebras Alimentos S.A. (b) 69 5.814 DB Distribuidora Brasil de Alimentos Ltda. (b) 12.083 9.242 Cerealista Nova Safra Ltda. (b) 544 - Flecha Foods Ltda. (b) 436 - MGLOG Transportes Rodoviários e Logístico Ltda. (d) (8.317) (1.405) MGFRIO Armazém Gerais Ltda. (a) (4.805) (7.916) Efeito no resultado 2.058 9.518

10. Títulos a receber: 31/12/21 31/12/20 AG13 Comercial Eireli - circulante (i) - 634 AG13 Comercial Eireli - não circulante (i) - 2.553 Créditos a receber de antigos sócios - não circulante (ii) 1.018 -

Aplicação de liquidez imediata está apresentada a seguir: 31/12/21 31/12/20 A vencer 16.066 14.992 Vencidos de 0 a 30 dias 1.879 2.429 Vencidos de 31 a 60 dias 298 248 Vencidos de 61 a 90 dias 198 199 Vencidos há mais de 90 dias 399 270

(i) Por conta de venda de instalações da fábrica de Laticínios Luce Ltda., compreendendo bens do ativo imobilizado, saldos remanescentes de estoques, manutenção e itens de uso e consumo, totalizando o montante de R\$ 5.867, firmado nos termos do instrumento de compra e venda celebrado em 23/03/2018 com AG13 Comercial Eireli. Em 2021 os valores a receber, por conta de venda de instalações da fábrica de Laticínios Luce Ltda., foram baixados pela irrecuperabilidade dos montantes. (ii) Os valores a receber de antigos sócios se referem a contingências e parcelamentos fiscais ativos, que conforme contrato de compra da Sociedade, essas contingências, devem ser cobradas dos antigos sócios. A Controladora, Oesa Comércio e Representações S.A. possui garantia de recebimento desses valores devidamente depositados em conta de garantia.

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 é como segue: 31/12/20 31/12/21

11. Imobilizado: Custo Depreciação anual de aquisição 31/12/21 31/12/20 Bens locados 3% a 10% a.a. 312 (278) 34 - Veículos 7% a 20% a.a. 62 (36) 26 34 Móveis e utensílios 5% a 17% a.a. 257 (194) 63 84 Máquinas e equipamentos 4% a 13% a.a. 628 (494) 134 243 Equipamentos de Informática 6% a 20% a.a. 907 (632) 275 395 Instalações 3% a 10% a.a. 178 (144) 34 116 Total 2.344 (1.778) 566 872

Software 20% 4.853 (1.724) 3.129 3.919 Marcas e patentes - 10 - 10 10 Intangível em andamento - 185 - 185 Total 4.863 (1.724) 3.139 4.114

12. Intangível: Taxa de amortização anual de aquisição 31/12/21 31/12/20 Software 20% 4.694 (775) 3.919 1.983 Marcas e patentes - 10 - 10 10 Intangível em andamento - 185 - 185 Total 4.889 (775) 4.114 1.993

7. Adiantamentos a fornecedores: Os valores de adiantamentos a fornecedores se referem a adiantamentos realizados para aquisição de mercadorias de revenda e sua composição é dividida em adiantamentos a fornecedores nacionais e internacionais conforme quadro demonstrativo. 31/12/21 31/12/20 Adiantamento fornecedores internacionais 2.980 4.058 Adiantamento fornecedores nacionais 281 948

13. Fornecedores: O saldo é composto por fornecedores de produtos para revenda, serviços necessários à revenda de mercadorias e outros fornecedores (material de uso e consumo). 31/12/21 31/12/20 Fornecedores nacionais 5.143 5.613 Fornecedores internacionais 11.476 9.107 Total 16.619 14.720

8. Impostos a recuperar e a recolher: Impostos a recuperar: Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de

14. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis: A Empresa é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista, cíveis e tributárias, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade dos processos e o posicionamento dos tribunais, sempre que for provável o desembolso de caixa e o valor possa ser estimado com confiabilidade. A Administração da Empresa entende que a provisão constituída de R\$ 14.787 (R\$ 14.003 em 31/12/2020) é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. Em contrapartida a Empresa realiza depósitos judiciais relacionados a demandas tributárias cujo assessores legais entendem como ganho provável em favor da Empresa. Natureza processual 31/12/21 31/12/20 Cível 4 3 Tributário 14.615 13.860 Trabalhista 168 140 Saldo final 14.787 14.003

para revenda, serviços necessários à revenda de mercadorias e outros fornecedores (material de uso e consumo). 31/12/21 31/12/20

Os processos com probabilidade de perdas classificadas como possíveis pelos assessores jurídicos correspondem a R\$ 5.864 (R\$ 4.061 em 2020), segregados nas seguintes esferas jurídicas: 31/12/21 31/12/20

Os valores depositados de natureza tributária, competem a liminar concedida para tributação de mercadoria importada com alíquotas diferenciadas das estabelecidas pelo Estado de Minas Gerais: 31/12/21 31/12/20

15. Arrendamentos CPC 06 (R2): A norma IFRS 16/CPC 06 (R2) é aplicável a partir de 1º/01/2019, e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: (i) Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e (ii) Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis. a) Direito de uso: Os saldos de direito de uso de arrendamento em 31/12/2021 e 2020 estão representados por aluguéis de imóveis e demonstraram a seguinte movimentação: 31/12/21 31/12/20

Saldo em 31 de dezembro 887 1.015 Adições 5 - Amortização (134) (128) Saldo em 31 de dezembro 758 887

Saldo em 31 de dezembro 956 1.054 Adições 5 - Pagamento de principal (111) (98) Pagamento de juros (77) (85) Juros incorridos 77 85 Saldo em 31 de dezembro 850 956 Circulante 115 106 Não circulante 735 850 Os saldos têm vencimento conforme segue: 31/12/21 31/12/20

2021 115 105 2022 126 115 2023 137 137 2024 149 473 2025 162 - 2026 161 - 2027 a 2033 850 956

Os contratos de aluguéis possuem prazos de 20 anos de duração, podendo ou não serem renovados mediante comunicação prévia de 2 meses pela Empresa. As taxas de desconto utilizadas variam e não estão explícitas em contrato, contudo a Administração adotou uma taxa de mercado de acordo com o prazo de cada contrato. c) Efeito resultado: De acordo com a norma CPC 06 (R2)/IFRS16, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas com ocupação passaram a ser reconhecidas nas linhas de amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não trouxe nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que existe um efeito temporal no lucro líquido, aumento de R\$ 23 (R\$ 31 de redução em 2020), em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos. 16. IR e CS - correntes e diferidos: a) Correntes: O IR é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, e a CS é calculada à alíquota de 9%. 31/12/21 31/12/20

Lucro antes do IR (IRPJ) e da CS (CSLL) 12.002 1.185 Alíquota combinada de IRPJ e CSLL 34% 34% Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL (4.081) (403) Diferenças permanentes: Incentivos fiscais 1.161 1.058 Despesas indutíveis (1.001) - Créditos não constituídos - 588 IRPJ e CSLL creditados (debitados) ao resultado do exercício (3.921) 1.243 Correntes (2.717) (1.923) Diferidos (1.204) 3.166 b) Diferidos: O IR e a CS diferidos ativo são compostos como segue: Ativo: 31/12/21 31/12/20

Provisão para crédito de liquidação duvidosa 727 543 Provisão de comissões 1.095 492 Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis 203 540 Provisão para realização de Estoques - 866 Base negativa de IRPJ/CSLL 2.804 6.303 Efeitos IFRS 16 78 63 Outras provisões 864 504 Total 5.771 9.311 IR e CS diferidos 34% 34% Alíquota aplicável estimada 1.962 3.166 Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da CS estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos de viabilidade. Esses estudos consideram a perspectiva de lucratividade futura, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em um período não superior a dez anos. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente base negativa de IRPJ/CSLL, contingências fiscais, comissões e provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de realização. A Empresa, apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 2.804 em 2021 (2020: R\$ 6.303). A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A expectativa de compensação do prejuízo fiscal da Empresa é de 2 anos. 17. Patrimônio líquido: Capital social: Em 31/12/2021 a composição de participação é a seguinte: 31/12/21 31/12/20

Reservas de incentivos fiscais: A reserva de incentivos fiscais é constituída por subvenção estadual para investimento de acordo com o disposto no artigo 195 da Lei nº 6.404/1976, bem como sua destinação. A reserva de incentivos fiscais tem por fim assegurar o uso da subvenção governamental na atividade da Empresa e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital. Em 31/12/2021, o montante constituído de reserva de incentivos fiscais é de R\$ 9.766 (R\$ 6.350 em 31/12/2020). Distribuição de lucros: Durante o exercício a Empresa não distribuiu lucros. Os lucros referentes ao ano de 2020 foram destinados à reserva de lucros. Lucros (Prejuízos) acumulados: Durante o exercício de 2021, a Administração decidiu em Assembleia de Reunião dos Sócios a compensação dos prejuízos acumulados, referente ao ano-calendário de

2020, com a reserva de retenções de lucros acumulados. 18. Receita líquida: 31/12/21 31/12/20

Receita de vendas de mercadorias 336.178 255.389 (-) Dedução da receita bruta: Impostos (16.206) (10.677) Provisão para perdas esperadas com clientes (975) (1.485) Devolução de vendas (9.941) (9.697) Receita líquida 309.561 233.530

19. Custos e despesas por natureza: 31/12/21 31/12/20

20. Outras receitas (despesas operacionais): 31/12/21 31/12/20

Resultado financeiro: 31/12/21 31/12/20

Resultado financeiro: 31/12/21 31/12/20

De 1 a Acima de Até 1 ano 2 anos 3 anos

Fornecedores 16.619 - -

Arrendamentos mercantis 115 262 473

Partes relacionadas 534 18.750 -

Risco operacional: É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e a fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Empresa. O objetivo da Empresa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. Risco de taxa de juros: a) Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio: Esse risco advém da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Empresa monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado. A Empresa não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31/12/2021. Risco câmbio: O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Empresa ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Empresa (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Empresa). A Empresa gerencia seu risco de câmbio por meio de fechamento de câmbio antecipado as quais se espera que devam ocorrer no período máximo de 30 dias. Sensibilidade à taxa de câmbio: A Empresa possui risco cambial pela exposição de fornecedores em moeda estrangeira, dólar americano (USD).

Fator de risco Risco 31/12/21 (25%) (+25%) (-50%) (+50%)

24. Eventos subsequentes: A administração da Empresa está acompanhando os possíveis impactos da COVID 19 em seus negócios no decorrer de 2022, tendo sido elaborados planos de contingências para manter a continuidade operacional de sua operação conforme mencionado na nota explicativa 1. A administração da Empresa não considera que exista risco de recebimento de seus recebíveis. Na data dessas demonstrações contábeis não é possível mensurar outros riscos que possam surgir e consequentemente resultar eventuais perdas, pela continuidade da pandemia em 2022, que poderá gerar sobre suas estimativas ou sobre os negócios da Empresa. 25. Aprovação para emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2021: As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas para emissão pelos Administradores em 17/08/2022.



**Diretoria: Maurício Câmara** - Diretor Presidente  
**Patricia Diniz de Paiva** - Diretora Financeira  
**Contador: Vagner da Silva Serafim** - CRCPR - 060752/O-2 T SC

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras:** Aos Administradores da **Imperial Importação e Exportação Ltda.** Contagem (MG). **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Imperial Importação e Exportação Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Empresa em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Blumenau, 17/08/2022. **ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.** - CRC-SC00048/F; **Cleverson Luis Lescowicz** - Contador - CRC-SC027535/O-0.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG**  
**AVISO DE CONCORRÊNCIA nº 004/2022 - PROCESSO 000286/2022**  
Contratação de empresa especializada para execução da pavimentação da Estrada Vicinal denominada Estrada do Catu. Data 17/10/2022 às 13:30 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: [www.esperafeliz.mg.gov.br](http://www.esperafeliz.mg.gov.br).  
Oziel Gomes da Silva – Prefeito Municipal.

**Prefeitura Municipal de Belmiro Braga**  
Edital de Leilão 001/2022 – Proc. 171/2022 – Leiloeiro Lucas Rafael Antunes Moreira, JUCEMG 637, torna público leilão online a ser realizado através do site [www.lucasleiloeiro.com.br](http://www.lucasleiloeiro.com.br) em 03/10/2022 a partir das 10:00 horas, seus bens inservíveis: veículos e bens diversos. Local de visitação: Rua Joana Claudina, Centro, 329, (Parque De Exposições). Dias de visitação: 26/09/2022 a 03/10/2022, no horário de 08:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:00 horas. Informações, fotos e edital no site ou telefone: 37-3242-2218.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG**  
**AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 019/2022 - PROCESSO 000288/2022**  
Contratação de empresa especializada para execução da obra de recomposição de via pública. Data 03/10/2022 às 13:30 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: [www.esperafeliz.mg.gov.br](http://www.esperafeliz.mg.gov.br). Oziel Gomes da Silva – Prefeito Municipal.

27ª. Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte-MG. Edital de Citação prazo de 20 dias. O Dr. João Luiz Nascimento de Oliveira, MM. Juiz de Direito da 27ª. Vara Cível desta Comarca, na forma da lei, etc., faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e respectiva Secretaria, tramitam os autos da ação de Execução nº. 2633532-84-2011.8.13.0024, que o Exequente: BANCO BRADESCO S/A CNPJ 00.746.948/0161-16 contra LEANDRO ALMEIDA DE LACERDA CPF 040.925.536-09 E OUTROS. Tal ação tem como objeto o crédito da parte Exequente para com os Executados na importância que até 24/08/2011 correspondia a R\$ 51.033.91 (cinquenta e um mil, trinta e três reais e nove centavos), representada pela Cédula de Crédito Bancário nº 004.223.377, ficando o débito em aberto, ocasionando o ajuizamento da presente ação. Estando o executado Leandro Almeida De Lacerda CPF 040.925.536-09, em local incerto e não sabido, tem o presente edital a finalidade de citá-lo, para todos os termos da presente ação e para efetuar o pagamento da dívida acima apontada no prazo de 03 dias, nos termos do art. 829, do CPC. O pagamento do débito poderá ser parcelado em até seis parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, na forma do art. 916 do CPC. Os embargos poderão ser opostos, independentemente de penhora no prazo de 15 dias. Advirta-se de que será nomeado curador especial em caso de revelia. E, para constar, expediu-se o presente edital que deverá ser publicado por 03 (três) vezes no espaço de 15 (quinze) dias as três publicações, uma vez Diário Judiciário Eletrônico e pelo menos duas vezes em jornal de circulação local, e que será afixado no local de costume neste foro. Belo Horizonte, aos 31 de março de 2022. O Dr. João Luiz Nascimento de Oliveira. Luciano Fábio Marques de Brito, Escrivão Judicial.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ - MG**  
**AVISO DE SESSÃO PARA APURAÇÃO DAS PROPOSTAS - PLANOS DE INSTALAÇÃO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2022 - Processo nº 128/2022.** O Município de Guaxupé - MG, torna público que realizará no dia 19 de setembro de 2022, às 14:00 horas, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Guaxupé, situada na Av. Conde Ribeiro do Valle, 113 (pavimento superior) - Centro, Guaxupé-MG, sessão pública destinada à apuração das Propostas - Planos de Instalação das empresas participantes da CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2022, Processo nº 128/2022, destinada à alienação de imóveis - doação com encargos, destinada à seleção de empresas com vistas à implantação de empreendimentos no denominado "Pólo da Moda" no Município de Guaxupé/MG, nos termos da Lei Municipal nº 2116/2011, regulamentada pelo Decreto nº 1528/2012. Caso não ocorra(m) pedido(s) de recurso(s), será dada continuidade aos procedimentos do certame nessa mesma sessão. Guaxupé, 13 de setembro de 2022. Rafael Augusto Olinto. Secretário Municipal de Administração

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE/MG**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL 022/2022**  
A Prefeitura Municipal de Fruta de Leite/MG, torna público a realização de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 022/2022, tipo menor preço por item (Km rodado) destinado a REGISTRO DE PREÇOS para eventual contratação/locação de veículo (tipo carro de passeio) para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde deste Município, cujo credenciamento se dará às 09:00 horas do dia 27 (vinte e sete) de setembro de 2022. Maiores informações, bem como Edital completo, junto a Prefeitura Municipal de Fruta de Leite/MG, com sede na Avenida Montes Claros, 900 - Centro, e-mail: [licitacao@frutadeleite.mg.gov.br](mailto:licitacao@frutadeleite.mg.gov.br) e site: [frutadeleite.mg.gov.br](http://frutadeleite.mg.gov.br)  
Fruta de Leite/MG, 13 de setembro de 2022  
José Cardoso de Oliveira Júnior - Pregoeiro

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG**  
A Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, informa que realizará Processo Licitatório 91/2022 Pregão Eletrônico N.º 72/2022 - Contratação de empresa especializada em manutenção corretiva e preventiva em Sistema Elétrico Geral e Sistema IT Médico do Pronto Atendimento de SGRA-MG. As propostas serão recebidas até às 09:00 horas do dia 27/09/2022. A operação da sessão pública se dará a partir das 09:00 horas do dia 27/09/2022. O Edital completo poderá ser obtido no sítio eletrônico <https://www.saogoncalo.mg.gov.br/transparencia> e/ou <https://bll.org.br>.  
S. G. R. Abaixo, 13 de setembro de 2022  
Raimundo Nonato de Barcelos – Prefeito Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG**  
A Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, informa que realizará Processo Licitatório 90/2022 - Pregão Eletrônico N.º 71/2022 - Contratação de empresa especializada para fornecimento de andador especial, cadeira de banho e higiene e carrinho postural, atendendo as necessidades de paciente do município de São Gonçalo do Rio Abaixo. As propostas serão recebidas até às 09:00 horas do dia 28/09/2022. A operação da sessão pública se dará a partir das 09:00 horas do dia 28/09/2022. O Edital completo poderá ser obtido no sítio eletrônico <https://www.saogoncalo.mg.gov.br/transparencia> e/ou <https://bll.org.br>.  
S. G. R. Abaixo, 13 de setembro de 2022.  
Raimundo Nonato de Barcelos – Prefeito Municipal.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS** - Justiça de Primeira Instância - Comarca de / 13ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte - COMARCA DE BELO HORIZONTE-EDITAL DE CITAÇÃO. Prazo de 60 dias. A Dr. Mariana de Lima Andrade, MM. Juíza de Direito da 13ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte-MG, na forma da lei etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente Alessandra Martins Thum, CPF nº 435.378.046-87, aqui denominada executada, nos autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial, processo eletrônico nº 5138084-54.2018.8.13.0024, proposta por Edifício Marcelino Ferreira, estando tal executada em lugar incerto e não sabido, é o presente edital para CITÁ-LA para, querendo, efetuar o pagamento da quantia de R\$ 35.216,82 (trinta e cinco mil, duzentos e dezesseis reais e oitenta e dois centavos) a ser acrescida de honorários advocatícios e custas iniciais no prazo de 03(três) dias. No caso de integral pagamento no prazo supracitado, a verba honorária será reduzida pela metade. A executada, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 dias. A executada tem direito de parcelar o débito em até 06(seis) vezes na forma do art. 916 do CPC. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Belo Horizonte, aos 26 dias do mês de abril de 2022. Eu, Rebeca Costa Figueiredo Lara, Escrivã Judicial, o conferi, subscrevendo-o, por ordem da MM. Juíza de Direito. Assinado eletronicamente por: REBECA COSTA FIGUEIREDO 26/04/2022 18:38:34 - <https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> - ID do documento: 9443282564.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL DE DENTRO/MG**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2022**  
A Prefeitura Municipal de Curral de Dentro/MG, torna público a quem interessar que estará realizando no dia 29/09/2022 às 08h00min, o PROCESSO LICITATÓRIO 076/2022, TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2022, tipo menor preço por empreitada global, cujo objeto será a contratação de empresa especializada em engenharia e construção civil para continuação da execução da obra de construção de Centro de Educação Infantil, com fornecimento de materiais e mão de obra, obedecendo às tipologias dos projetos padrões do FNDE - Projeto 2 Convencional - PROINFÂNCIA - Termo de Compromisso nº PAC 2 9925/2014 - OBRA 130484. Cópia integral do edital e Informações complementares através do e-mail: [pmcdlicita@gmail.com](mailto:pmcdlicita@gmail.com) e site: [curraldedentro.mg.gov.br](http://curraldedentro.mg.gov.br), preferencialmente.  
Jhene Franco da Silva - Presidente da CPL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG**  
A Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, informa que realizará Processo Licitatório 89/2022 - Pregão Eletrônico N.º 70/2022 - Registro de Preços para futura e eventual aquisição de camisas, para uso nos eventos e uniforme de funcionários, incluindo as demandas de suas diversas secretarias Municipal da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG. As propostas serão recebidas até às 09:00 horas do dia 26/09/2022. A operação da sessão pública se dará a partir das 09:00 horas do dia 26/09/2022. O Edital completo poderá ser obtido no sítio eletrônico <https://www.saogoncalo.mg.gov.br/transparencia> e/ou <https://bll.org.br>.  
S. G. R. Abaixo, 12 de setembro de 2022  
Raimundo Nonato de Barcelos – Prefeito Municipal.

**CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MESBLA**  
Av. Afonso Pena, nº. 262 - Centro - Fone: (31) 3272-9606  
E-mail: [condominioedificiommesbla@yahoo.com.br](mailto:condominioedificiommesbla@yahoo.com.br)  
**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
O Condomínio do Edifício Mesbla, representado pelo Síndico, com fundamento no artigo 1.348 do Código Civil e consoante cláusula 7ª, § 7.2 da Convenção de Condomínio, convoca através do presente edital, os senhores condôminos, inclusive os proprietários dos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º andares e do Banco Itaú (situado na loja térrea e subsolo), para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se à Avenida Afonso Pena nº. 262, 15º andar, na sala 1508, do próprio Edifício, no dia 21 de setembro de 2022 às 16:00 horas em primeira convocação, com a presença de condôminos que representem 2/3 (dois terços) dos coproprietários e às 16:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número, conforme item 7.4 da Convenção, a fim de deliberarem sobre a matéria da seguinte ordem do dia:  
a) Deliberação e aprovação do rateio de despesas extras da execução do Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (PSCIP) do Condomínio do Edifício Mesbla e aprovação da Proposta Técnica Comercial - 271/22, da Empresa Nacional de Engenharia e Projetos EIRELI, para que sejam realizadas as obras necessárias de adequação do edifício ao projeto aprovado junto ao Corpo de Bombeiros para obtenção do AVCB.  
Conforme parágrafo 7.6 da Convenção, o coproprietário poderá fazer representar por outro, na Assembleia, mediante procuração com poderes especiais, na conformidade da ordem do dia, não prevalecendo e nem vigorando o mandato que não atenda a Convenção. Na forma do parágrafo 7.12 da Convenção, não poderão tomar parte na Assembleia, nela votar ou serem votados, os coproprietários que não tenham quitado suas quotas de rateio, com vencimento até 10/09/2022.  
Belo Horizonte, 13 de setembro de 2022.  
Gilberto Sousa Bandeira  
Síndico

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRICEMA/MG**  
**AVISO DE REVOGAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2022, PRC Nº 300/2022**  
O Prefeito do Município de Guiricema, no uso de suas atribuições legais, com vistas a melhor atender ao interesse da Administração Pública, resolve REVOGAR o Processo no 300/2022, Concorrência Pública 007/2022 que tem por objeto contratação de empresa especializada do ramo de construção civil para execução de obras de reforma e ampliação das escolas municipais Cel. Luiz Coutinho e José Antônio da Cunha, no Município de Guiricema-MG, conforme condições e especificações contidas no Projeto Básico, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais anexos deste edital.  
Fundamentação: art. 49, da Lei Federal no 8.666/93 c/c Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal. Proceda-se à abertura de novo processo licitatório, adequando-se aos ajustes indispensáveis.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG**  
**Secretaria Municipal de Saúde. Termo Supressão.** Pregão Eletrônico SRP Saúde Nº 27-2022. Processo de Compras nº 287/2022 – Tipo: Menor Preço Por Item. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA ATENDER AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. O Diretor do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Paracatu, Estado de Minas Gerais, torna público aos interessados que em virtude da solicitação por parte da Secretaria Municipal de Saúde, ficam suprimidos os itens: 40, 42, 44 e 45 – da Proposta Comercial do Edital do Pregão em epígrafe. Ficam ratificadas e convalidadas, em todos os seus termos, cláusulas e condições as disposições editalícias originais no que não tiverem sido ratificadas, alteradas ou modificadas pelo presente expediente que faz parte integrante e inseparável do Edital e seus Anexos. Fica mantida a data e o horário de realização do presente certame.  
Paracatu-MG, 12 de Setembro de 2022  
Danilo Alves dos Santos – Diretor do Departamento de Licitações.

**AVISO DE REVOGAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2022, PRC Nº 305/2022**  
O Prefeito do Município de Guiricema, no uso de suas atribuições legais, com vistas a melhor atender ao interesse da Administração Pública, resolve REVOGAR o Processo no 305/2022, Concorrência Pública 008/2022 que tem por objeto contratação de empresa especializada do ramo de construção civil para execução de obras Construção da Biblioteca Municipal Augusto Meyer, edificação destinada à formação educacional e cultural, a ser construída na Praça Coronel Luiz Coutinho, Centro, Guiricema - MG, conforme condições e especificações contidas no Projeto Básico, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais anexos deste edital.  
Fundamentação: art. 49, da Lei Federal no 8.666/93 c/c Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal. Proceda-se à abertura de novo processo licitatório, adequando-se aos ajustes indispensáveis.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
Nos termos do artigo 1152§3º do Código Civil  
**PANDA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA.** Srs. HELDER ZECH COELHO, Sr. SÉRGIO BRUNO ZECH COELHO, Sr. LUIZ EYMARD ZECH COELHO e Sr. EDUARDO ZECH COELHO, no uso das atribuições, convoca, de acordo com as formalidades previstas na legislação, todos os quotistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 22 de setembro de 2022, à na sede da sociedade, na Rua Antônio de Albuquerque, nº 301, loja 02 – Savassi, CEP: 30112-010, Belo Horizonte/MG, às 13h30 horas em primeira convocação e às 14h00 horas em segunda convocação para deliberarem sobre a seguinte:  
**ORDEM DO DIA**  
a) Transformação da sociedade em sociedade anônima, com submissão de seu estatuto na assembleia.  
b) Permissão para a administração por apenas uma pessoa.  
c) Eleição da diretoria.  
Belo Horizonte, 14 de setembro de 2022.  
Sr. HELDER ZECH COELHO, Sr. SÉRGIO BRUNO ZECH COELHO, Sr. LUIZ EYMARD ZECH COELHO e Sr. EDUARDO ZECH COELHO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG**  
**AVISO DE REVOGAÇÃO**  
Fica revogado o PROCESSO LICITATÓRIO PMI/SMA/SUCON Nº 155/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2022 – cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento do ABASTECIMENTO de combustíveis (gasolina, diesel comum e S10, derivados de combustível e aditivos) e serviço de gerenciamento da MANUTENÇÃO preventiva e corretiva dos veículos da frota da Prefeitura Municipal de Itabira - PMI, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado de gestão, incluindo o fornecimento de combustíveis recomendados pelos fabricantes de acordo com as características de cada veículo, o fornecimento de peças, componentes, acessórios de reposição genuínos, entre outros materiais (pneus, óleo de motor, lubrificantes, aditivos, etc.), inclusive, transporte suspenso por guincho e socorro mecânico, produtos, serviços mecânicos de toda ordem, borracharia, elétricos, lanternagem, pintura, lavagem, estofagem, alinhamento, balanceamento, em rede de oficinas e centro automotivos credenciados, nos termos do art. 49, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.  
Itabira, 13 de setembro de 2022.  
Gabriel Duarte de Alvarenga Quintão  
Secretário Municipal de Administração

**AVISO DE REVOGAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 009/2022, PRC Nº 308/2022**  
O Prefeito do Município de Guiricema, no uso de suas atribuições legais, com vistas a melhor atender ao interesse da Administração Pública, resolve REVOGAR o Processo no 308/2022, Concorrência Pública 009/2022 que tem por objeto contratação de empresa especializada do ramo de construção civil para obra de execução de calçamento em bloquete na Rua Maria Dias Ferraz – Distrito de Tuiutinga, no Município de Guiricema - MG, conforme condições e especificações contidas no Projeto Básico, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais anexos deste edital.  
Fundamentação: art. 49, da Lei Federal no 8.666/93 c/c Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal. Proceda-se à abertura de novo processo licitatório, adequando-se aos ajustes indispensáveis.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO torna pública Inexigibilidade de Licitação nº 56/2022, Artigo 25, Inciso III da Lei 8.666/93. Objeto: Contratação da Associação do Grupo Terra Preta para realização de apresentações artísticas culturais, CNPJ: 23.557.263/0001-00 para atender a demanda de eventos do município de Ouro Preto, com o valor global de R\$ 12.600,00. Superintendência de Compras e Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO torna pública a Adesão nº. 030/2022-Objeto: Adesão do Município de Ouro Preto À Ata de Registro de Preços Nº 072/2021, do Processo Licitatório Nº 0111/2021- Pregão Eletrônico por Registro de Preços Nº69/2021 realizado pelo ICISMEPI- Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba cujo objeto é a futura e eventual aquisição de medicamentos sólidos orais IV- "L" à "O", conforme especificações constantes no Termo de Referência, tendo como favorecida a empresa Comercial Cirúrgica Rioclarence Ltda- CNPJ 67.729.178/0002-20 com o valor global de R\$ 191.690,28. Superintendência de Compras e Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO torna pública a Adesão nº. 031/2022-Objeto: Adesão do Município de Ouro Preto À Ata de Registro de Preços Nº 49/2022, do Processo Licitatório Nº13/2022- Pregão Eletrônico por Registro de Preços Nº09/2022 realizado pelo ICISMEPI- Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba cujo objeto é aquisição de equipamento mobiliário de escritório em geral, tendo como favorecida a empresa: Eflex Indústria e Comércio de Moveis EIRELI - CNPJ 13.099.169/0001-92, com o valor global de R\$ 3.499,54. Superintendência de Compras e Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO torna pública, para conhecimento dos interessados, a licitação do Pregão Eletrônico nº. 063/2022 – aquisição de trator e cortador de grama para manutenção dos campos de futebol do município. Recebimento das propostas por meio eletrônico no site www.blcompras.org.br: De 19/09/2022 às 07:00 horas até 29/09/2022 às 17:00 horas. Início da Sessão de disputa prevista para o dia 30/09/2022 às 08:00 horas. Edital no site www.ouropreto.mg.gov.br, link Licitações e no site www.bl.org.br. Informações: (31) 3559-3301. Luciene F. Souza – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO torna pública o resultado da Concorrência Pública nº. 004/2022, objeto: concessão de uso não remunerado e com encargos de terrenos pertencentes ao município de Ouro Preto. Licitante vencedor: Lacerda Empreendimentos Comerciais Ltda, CNPJ 04.241.656/0001-57, que foi a detentora da melhor técnica para o LOTE IV, obtendo 15 pontos, sendo 5 pontos no quesito geração de emprego e 10 pontos no quesito potencial poluidor da atividade industrial. O Município de Ouro Preto adjudica e homologa o presente objeto – Elis Regina da Silva – Presidente da Comissão Permanente de Licitação/PMOP.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO A SER REALIZADA EM 27/09/2022**

Ficam convocados todos os interessados, para a realização da Assembleia Geral Constitutiva da Associação GRUPO DE APOIO POLÍTICO E SUSTENTABILIDADE, a realizar-se no próximo dia 27/09/2022, na Rua Santa Clara, nº 193, bairro Dom Silvério, Congonhas. A convocação dar-se-á às 18:30 horas com qualquer quórum dos presentes, onde instalar-se-á a Assembleia para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- 1º) Constituição da Associação e Aprovação do Estatuto;
- 2º) Eleição e Posse dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal; e
- 3º) Designação da sede da associação.

Congonhas, 13 de setembro de 2022.  
Marinella  
CPF: xxxxxxxxxxxxxxxx  
Pela Comissão Organizadora

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM - MG**

**AVISO DE CHAMADA PÚBLICA.** A Prefeitura Municipal de Baldim, Estado de Minas Gerais, em cumprimento ao disposto no art. 21 da Lei nº 8.666/1993 e arts. 26 e 32 da Resolução CD/FNDE nº 06 de 2020, torna público que fará realizar Processo Licitatório nº 049/2022 Dispensa de Licitação nº 007/2022, Chamada Pública nº 002/2022, na forma que segue: Síntese do objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados à merenda escolar, Entrega de envelopes: Até 06/10/2022 às 09:00 horas Sessão de julgamento: 06/10/2022 às 09:00 horas Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Rua Vitalino Augusto, 635, Centro, Baldim-MG, tel. 31-3718-1255 email-licitacao@baldim.mg.gov.br. Baldim, 13 de setembro de 2022 Kênia Fernandes de Almeida e Silva. Presidente da Comissão

**WELLINGTON DE MATOS SILVA. LEILOEIRO OFICIAL. JUCEMG 1162 faz saber que será levado a leilão na modalidade online os bens móveis (máquinas, tratores e outros) inservíveis ao 4º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE – ITAJUBÁ/MG. Leilão 001/2022. Dia: 29/09/2022 a partir de 14 hs no site www.wslleiloes.com.br. Os bens poderão ser visitados pelos interessados no 4º Batalhão de Engenharia de Combate - Praça Duque de Caxias, S/N- Varginha, Itajubá-MG. Dias: 19/09/2022 à 29/09/2022. Segunda à sexta-feira. Horário: Segunda-feira à quinta-feira de 08:00 às 11:30 e de 13:30 às 16:30. Na sexta-feira de 08:00 às 11:30. Maiores informações: (31) 9 9728-3092.**

**ITAMINAS COMÉRCIO DE MINÉRIOS S/A**  
CNPJ/MF nº 18.752.824/0001-83 NIRE: 3130004389-4

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Ficam os Senhores Acionistas convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 23 de setembro de 2022, às 10:00 horas, na sede social, na Fazenda do Engenho Seco, Zona Rural do Município de Sarzedo (MG), com o objetivo de **deliberar** sobre os seguintes assuntos:

- i. Rerratificação da AGO de 16 de maio de 2022 através da qual foram aprovados o balanço patrimonial e demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2021, além da destinação do resultado, bem como reeleição da diretoria para o triênio 2022/2025;
  - ii. Outros assuntos de interesse da sociedade, entre eles a possibilidade de inclusão de novas atividades em seu objeto social.
- Sarzedo-MG, 13 de setembro de 2022.  
Bernardo de Mello Paz  
Diretor Presidente

**Congebras Alimentos S.A.**

CNPJ nº 26.036.491/0001-14

**Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)**

Balanco Patrimonial		Nota	31/12/21	31/12/20	Balanco Patrimonial		Nota	31/12/21	31/12/20
<b>Ativo/Circulante</b>	<b>34.635</b>		<b>30.826</b>		<b>Passivo/Circulante</b>	<b>27.714</b>		<b>22.349</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.413	1.765		Arrendamento	21	2.538	163	
Contas a receber	5	12.138	12.389		Fornecedores	13	14.588	15.213	
Estoque de mercadorias	6	10.000	11.940		Contas a pagar com partes relacionadas	11	3.308	1.574	
Impostos a recuperar	7	7.657	2.516		Obrigações trabalhistas	14	2.535	2.280	
Contas a receber com partes relacionadas	11	546	430		Dividendos a pagar		1.065	763	
Lucros e dividendos a receber		1.035	1.030		Impostos a recolher		460	506	
Outros créditos		846	756		Outras contas a pagar		3.220	1.850	
Não circulante	<b>242.686</b>		<b>199.273</b>		Não circulante		<b>18.233</b>	<b>5.180</b>	
Depósitos judiciais	15	817	828		Arrendamento	21	7.837	72	
IR e CS diferidos	20b	9.160	6.419		Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	869	1.054	
Partes relacionadas	11	-	218		Empréstimos com partes relacionadas	11	7.043	4.054	
Investimentos	8	218.236	189.020		Outras contas a pagar		2.484	-	
Imobilizado	9	2.536	563		Patrimônio líquido	16	231.374	202.570	
Intangível	10	2.743	2.011		Capital social		56.226	56.226	
Ativo de direito de uso	21	9.194	214		Reserva de capital		145.000	145.000	
Total do ativo		<b>277.321</b>	<b>230.099</b>		Reserva de lucros		91.217	61.697	
					Transações entre sócios		(61.069)	(60.378)	
					Ajuste avaliação de avaliação patrimonial		-	25	
					Total do passivo e patrimônio líquido		<b>277.321</b>	<b>230.099</b>	

Demonstração do Resultado		Nota	31/12/21	31/12/20
Receita líquida	17	185.299	169.523	
Custo das mercadorias vendidas	18	(144.087)	(137.314)	
Lucro bruto		41.212	32.209	
Despesas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	18	(14.282)	(12.404)	
Despesas gerais e administrativas	18	(36.226)	(28.871)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		404	(4)	
Equivalência patrimonial	8	35.478	1.384	
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		26.586	(7.686)	
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	19	1.427	1.006	
Despesas financeiras	19	(961)	(1.388)	
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS		27.052	(8.068)	
IR e CS: Correntes	20 a	-	(89)	
Diferidos	20 a	2.741	2.848	
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		29.793	(5.309)	
Lucro (Prejuízo) básico por ação - em reais		1,861	(0,332)	
<b>Demonstração do Resultado Abrangente</b>		<b>31/12/21</b>	<b>31/12/20</b>	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		29.793	(5.309)	
Outros resultados abrangentes		-	-	
Resultado abrangente total do exercício		29.793	(5.309)	

Demonstração dos Fluxos de Caixa		31/12/21	31/12/20
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		29.793	(5.309)
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		2.681	1.831
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		968	2.406
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e outros		(184)	876
Juros e variação cambial		398	83
Equivalência patrimonial		(35.478)	(1.384)
IR e CS diferidos		(2.741)	(2.848)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(705)	(1.704)
Estoque de mercadorias		1.940	(1.675)
Partes relacionadas		4.457	3.034
Impostos a recuperar		(5.131)	(1.967)
Outros créditos		(29)	(573)
Depósitos judiciais		11	(695)
Aumento (Redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(854)	898
Partes relacionadas		1.734	508
Obrigações trabalhistas		246	218
Impostos a recolher		(479)	(1)
Outras contas a pagar		3.840	824
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		467	(5.478)
IR e CS pagos		-	(500)
Juros e variação cambial pago		(398)	(83)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		69	(6.061)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(1.670)	(1.809)
Aporte de capital para aquisição de controlado líquido do caixa adquirido		-	(80.096)
Caixa líquido em incorporação de controladas		22	-
Recebimento de dividendos		5	768
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.643)	(81.137)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital pelos controladores		-	80.096
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio		-	-
Captação (pagamento) de mútuo com partes relacionadas		2.989	3.571
Pagamento de arrendamento mercantil		(767)	(146)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		2.222	83.521
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		648	(3.677)
Caixa proveniente da aquisição:			
No início do exercício		1.765	5.442
No fim do exercício		2.413	1.765
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		648	(3.677)

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1. Informações gerais:** A Congebras Alimentos S.A. ("Companhia"), companhia fechada de direito privado, foi constituída em 11/03/1993 e possui sua sede na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais. A Companhia tem por objeto social o comércio, distribuição, importação e exportação, transporte de produtos alimentícios, no atacado e varejo, serviços de representação comercial por conta de terceiros, comércio atacadista de utensílios de uso doméstico como copos, talheres e utensílios de vidro, transporte rodoviário de cargas em geral municipal, intermunicipal e interestadual, comércio atacadista de condimentos, vinhos e derivados de uva, vinagres em geral, cachaça e outras bebidas alcoólicas, comércio atacadista de óleos e gorduras. **Participações societárias:** Em 31/12/2021 e de 2020, a Companhia detém as seguintes participações societárias:

Oesa Comércio e Representações S.A. MGLOG Distribuição e Logística Ltda. MGFRIO Armazém Gerais Ltda. Hok Transportes Ltda. Imperial Importação e Exportação Ltda. DB Distribuidora de Alimentos Ltda. Cerealista Nova Safra Ltda. Flecha Foods Ltda. Frios Transportadora Ltda. Johann Alimentos Ltda. Nóia Alimentos Ltda.	Participação - %			
	Data de aquisição	31/12/21	31/12/20	
	16.06.16	31,25%	-	41,82%
	12.08.13	99,99%	-	99,99%
	18.10.03	-	-	99,99%
	16.06.16	-	31,25%	-
	20.12.18	-	31,25%	-
	06.03.20	-	31,25%	-
	04.01.21	-	31,25%	-
	30.06.21	-	31,25%	-
	30.06.21	-	31,25%	-
	31.08.21	-	31,25%	-
	31.08.21	-	31,25%	-

No ano de 2021, houve variação negativa de 10,57% (13,98% em 2020) na participação direta da Companhia na Oesa Comércio e Representações S.A. devido a subscrisção e integralização de capital social realizada pela

Controladora, assim levando a diluição do investimento da Companhia. **Combinações de negócios do exercício:** Durante o exercício de 2021, através da sua investida Oesa Comércio e Representações S.A. ("Oesa"), a Companhia adquiriu participações societárias nas seguintes empresas ao custo total de R\$366.275: a) **Cerealista Nova Safra Ltda. ("Nova Safra"):** Em 04/01/2021 adquiriu a sociedade, pelo valor de R\$ 154.085. A Empresa com sede na cidade de Contagem, MG, atua no comércio atacadista e varejista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada; comércio atacadista e varejista de água mineral, cerveja, chope, refrigerante, vinho e demais bebidas; comércio atacadista e varejista de outros produtos alimentícios, inclusive enlatados e congelados; comércio atacadista e varejista de artigos, utensílios, máquinas e equipamentos de uso pessoal e doméstico, material de limpeza, artigos de armarinho, artigos descartáveis, embalagens, vestuários e acessórios, artigos de EPI (equipamento de proteção industrial), artigos de higiene, maquinários e equipamento industrial para panificação, sorvetarias, lanchonetes, mercearias e demais segmentos do comércio; importação e exportação, por conta própria ou de terceiros, dos mesmos produtos; prestação de serviço de cursos, consultoria, assessoria, treinamento e desenvolvimento empresarial nas áreas de panificação, confeitaria e culinária. b) **Flecha Foods Ltda. e Frios Transportadora Ltda. ("Flecha" e "Frios"):** Em 30/06/2021 adquiriu a sociedade pelo valor de R\$ 41.110. A Empresa com sede na cidade de Linhares, ES, atua no comércio atacadista de produtos alimentícios; fabricação de produtos de carnes; representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo; transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional e promoção de vendas. c) **Johann Alimentos Ltda. e Nóia Alimentos Ltda. ("Johann" e "Nóia"):** Em 31/08/2021 adquiriu a sociedade pelo valor de R\$ 171.080. A Empresa com sede na cidade de Estância Velha, RS, atua no comércio atacadista, importação e exportação de laticínios (leite e derivados); comércio atacadista, importação e exportação de carnes, aves e animais abatidos; comércio atacadista, importação e exportação de produtos alimentícios industrializados; comércio atacadista, importação e exportação de bebidas; comércio atacadista, importação e exportação de cereais beneficiados e leguminosos; transporte rodoviário de cargas de

bebidas e produtos alimentícios; comércio varejista de laticínios, frios e conservas; comércio varejista de carnes; comércio varejista de produtos alimentícios; representação comercial de bebidas e produtos alimentícios; indústria, comércio e acondicionamento de produtos alimentícios; fornecimento de alimentação preparada, especialmente para consumo em empresas; e armazenamento de produtos por conta de terceiros, inclusive em câmaras frigoríficas, de produtos perecíveis e não perecíveis. 1.1.2. **Transações societárias relevantes:** No decorrer do exercício de 2021 a Congebras, com o objetivo de absorver as sinergias com seus negócios realizou a incorporação integral da sua investida MGFRIO Armazém Gerais Ltda. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras são divulgadas de forma individual, pois, foram apresentadas de forma consolidada nas demonstrações financeiras da controladora DFS Holding S.A., a qual apresenta suas demonstrações financeiras utilizando também as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: a) **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão (arrendatário);** b) **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros;** c) **Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato;** d) **Tributos;** e) **Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros;** f) **Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos;** e g) **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.** **4. Notas explicativas:** O conjunto completo das demonstrações financeiras e contábeis que a entidade apresenta ao final do exercício inclui: a) balanço patrimonial ao final do período; b) demonstração do resultado do exercício; c) demonstração do resultado abrangente do período; d) demonstração das mudanças do patrimônio líquido; e) demonstração dos fluxos de caixa do período; f) notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias; as demonstrações financeiras completas auditadas, estão disponíveis na sede da empresa e no site publicado deste veículo de comunicação. **Aviso:** As demonstrações financeiras apresentadas são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser considerada

segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Blumenau, 15 de agosto de 2022. **ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.** - CRC-SC00048/F; **Cleverson Luís Lescowicz** - Contador - CRC-SC027535/O-0



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG**  
P. L. nº 66/22 - P.E. SRP nº26/22. Obj: Fornecimento de materiais e equipamentos de informática, eletrônicos, eletroportáteis, móveis, eletrodomésticos e outros. **Abertura: dia 27/09/2022 às 13h30m.** Edital disponível no site: [www.saojoaodaponte.mg.gov.br](http://www.saojoaodaponte.mg.gov.br), no site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no email: [licitaponte10@gmail.com](mailto:licitaponte10@gmail.com).  
São João da Ponte, 13/09/22. Guilherme Tadeu R. Santos. Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG**  
P. L. nº 54/22, P.E nº 20/22. Obj: fornecimento de veículos, zero quilômetro - modelo 2022/2022 para transporte de equipe na Estruturação da Atenção Primária à Saúde, por meio da Res SES/MG 8.096 de 18/04/22. Contrato nº 147/22 - Contratada: KIVEÍCULOS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. CNPJ: 44.403.694/0001-83 V. total: R\$155.600,00. Vig: 23/08/22 à 22/08/23.  
Danilo W. Veloso - Prefeito. 23/08/22.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG**  
ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO CONTRATO P. L. nº 54/22 - P.E nº 20/22. Obj: fornecimento de veículos, zero quilômetro - modelo 2022/2022 para transporte de equipe na Estruturação da Atenção Primária à Saúde, por meio da Res SES/MG 8.096 de 18/04/22. Contratada: KIVEÍCULOS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 44.403.694/0001-83, V. total: R\$155.600,00.  
Danilo W. Veloso - Prefeito. 22/08/22.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG**  
P. L. nº 63/22 - P.E. nº23/22. Obj: Aquisição de 01 Aparelho de Ultrassom Diagnóstico sem Aplicação Transesofágica, conforme Res. SES/MG nº 8.183 de 06/06/2022. **Abertura: dia 26/09/2022 às 08h00m.** Edital disponível no site: [www.saojoaodaponte.mg.gov.br](http://www.saojoaodaponte.mg.gov.br), no site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no email: [licitaponte10@gmail.com](mailto:licitaponte10@gmail.com).  
São João da Ponte, 13/09/22. Guilherme Tadeu R. Santos - Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG**  
ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO CONTRATO P. L. nº 55/22 - P.E nº 21/22. Obj: Contratação de empresa habilitada na área de Engenharia Elétrica, especializada para adequação de tarifas das contas de energia, devolução dos valores indevidamente cobrados, conforme previsto na REN nº 414 da ANEEL e suas atualizações. Contratada: IMPULCETTO SERVIÇOS ELÉTRICOS EIRELI, CNPJ: 13.601.773/0001-75. V. total: R\$240.500,00. Danilo W. Veloso - Prefeito. 23/08/22.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG**  
ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO CONTRATO P. L. nº 56/22, P.E nº 22/22. Obj: Aquisição de filtro químico mediante recursos próprios e aquisição de Colorímetro microprocessado digital, conforme Res. 7.799 de 21/10/21 e Portaria de Cons. nº 05, de 28/09/17 Anexo XX, alterado pela Portaria GM/MS Nº 888, de 04/05/21. Contratada: RC SCIENTIFIC COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS ANALÍTICOS EIRELI, CNPJ: 27.263.741/0001-11. V. total: R\$2.500,00.  
Danilo W. Veloso - Prefeito. 24/08/22.

**CONSÓRCIO DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO NOROESTE DE MINAS - CONVALES**  
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO  
Processo 025/2022 - Pregão Eletrônico 011/2022 - Objeto: Aquisição de 01 veículo 0km. Nova data de Abertura e julgamento: dia 22/09/2022 às 09:00 horas. Informações: [www.convales.mg.gov.br](http://www.convales.mg.gov.br) e [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).  
Ariños-MG, 13/09/2022  
Luan Vinicius Rodrigues de Lima - Pregoeiro

**CONSÓRCIO DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO NOROESTE DE MINAS - CONVALES**  
PUBLICAÇÃO CREDENCIAMENTO  
Torna público que está recebendo pelo site [www.licitadigital.com.br](http://www.licitadigital.com.br), documentação para credenciamento eletrônico de prestadores de serviços na área da saúde para atendimento à população dos municípios consorciados, conforme credenciamento eletrônico 002/2022, regido pela lei 8.666/93. Edital disponível na plataforma e no site [www.convales.mg.gov.br](http://www.convales.mg.gov.br).  
Ariños-MG, 13/09/2022. Luan Vinicius Rodrigues de Lima - Presidente da CPL

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES - CIESP**  
AVISO DE LICITAÇÕES  
O CIESP torna público que se encontra aberto o processo de licitação - PROCESSO 038/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2022 - TIPO MENOR PREÇO - Objeto: Aquisição de filme laser para atender a demanda do setor de radiologia do CIESP - cf. especificações detalhadas do Edital. Data da realização do certame: 26/09/2022 às 09:00 horas - As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) Sendo que o edital e seus anexos poderão ser obtidos pelo endereço eletrônico: <https://ciesp.mg.gov.br/transparencia/licitacoes/em-andamento/> ou solicitados pelo e-mail: [licitacao@ciesp.mg.gov.br](mailto:licitacao@ciesp.mg.gov.br)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMONÉSIA/MG**  
Processo Licitatório nº 148/2022, Tomada de Preços nº 010/2022. Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de construção de pontes no Município, conforme especificações constantes no Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Projeto Básico e demais anexos. Entrega dos envelopes: até 30/09/2022 às 08:50 horas; Abertura: 30/09/2022 às 09:00 horas. Edital e anexos no Site: [www.simonesia.mg.gov.br](http://www.simonesia.mg.gov.br). Informações pelo Tel.: (33) 3336-1235, de 08h00min às 11h00min e 13h00min às 17h00min ou e-mail: [licitacao@simonesia.mg.gov.br](mailto:licitacao@simonesia.mg.gov.br), pessoalmente na sede da Prefeitura. Simonésia/MG, 13 de setembro de 2022. Rayssa Terra Mansur Muniz - Presidente da C.P.L.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG**  
EXTRATO DE CONTRATO P. L. nº 56/22, P.E nº 22/22. Obj: Aquisição de filtro químico mediante recursos próprios e aquisição de Colorímetro microprocessado digital, conforme Res. 7.799 de 21/10/21 e Portaria de Cons. nº 05, de 28/09/17 Anexo XX, alterado pela Portaria GM/MS Nº 888, de 04/05/21. Contrato nº 149/22 - Contratada: RC SCIENTIFIC COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS ANALÍTICOS EIRELI. CNPJ: 27.263.741/0001-11 V. total: R\$2.500,00. Vig: 25/08/22 à 24/08/23. Danilo W. Veloso - Prefeito. 25/08/22.

**HOJE EM DIA** | **ANUNCIE AQUI**  
**(31) 3253-2205**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA/MG** - Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº028/2022. Objeto: Aquisição de medicamentos padronizados em atendimento ao setor de Assistência Farmacêutica Municipal a pedido da Secretaria de Saúde. Abertura: 27/09/2022 às 08:45min. Edital e Informações, Praça JK S/Nº, Centro de 08:00 às 17:00horas. Site: [www.pmmariana.com.br](http://www.pmmariana.com.br), e-mail: [licitacao@prefeiturademariana@gmail.com](mailto:licitacao@prefeiturademariana@gmail.com). Tel: (31)35579055. Mariana 13 de setembro de 2022.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG**  
P. L. nº 64/22 - P.E. SRP nº24/22. Obj: Fornecimento de veículos zero quilômetro, tipo Pick-Up/Caminhonete, cabine simples de dois lugares e Pick-Up/Caminhonete, cabine dupla de cinco lugares, ano fabricação - modelo 2022/2022 ou superior. **Abertura: dia 26/09/2022 às 13h00m.** Edital disponível no site: [www.saojoaodaponte.mg.gov.br](http://www.saojoaodaponte.mg.gov.br), no site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no email: [licitaponte10@gmail.com](mailto:licitaponte10@gmail.com).  
São João da Ponte, 13/09/22. Guilherme Tadeu R. Santos. Pregoeiro.

**Dispensa de Licitação nº 004/2022 – Processo nº 084/2022**  
O Diretor Presidente do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Poços de Caldas – MG, no uso de suas atribuições legais, considerando a justificativa anexa ao processo, o parecer jurídico favorável, e enquadrando a situação no Art. 24, inciso IV da Lei Federal nº 8666/93 para o Serviço de Manutenção Emergencial de Bomba Esco Modelo HMEB/2 nº de série 4296 instalada na captação de água da ETA V, incluindo o Fornecimento e Substituição de peças, conforme documentos anexos ao processo, decide: Adjudicar, Ratificar e Homologar a proposta da empresa DOUGLAS ALVES DAMASCENO, inscrita no CNPJ sob o nº 35.561.552/0001-53 pelo valor total de R\$ 79.733,44 (Setenta e nove mil, setecentos e trinta e três reais e quarenta e quatro centavos); Validade da proposta: 60 (sessenta) dias; Condições de Pagamento: 30º (trigésimo) dia do recebimento definitivo do objeto; Prazo de entrega/execução: 30 (trinta) dias consecutivos; Vigência: 06 (seis) meses. Poços de Caldas, 12 de setembro de 2022. Paulo Cesar Silva – Diretor.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA/MG** – Aviso de Republicação - Tomada de preço Nº 001/2022. REPUBLICAÇÃO. Objeto: Contratação de empresa para construção da Unidade de Saúde Padrão UBS Arena, no Município de Mariana MG. Abertura: 04/10/2022 às 09:00min. Edital e Informações, Praça JK S/Nº, Centro de 08:00 às 17:00horas. Site: [www.pmmariana.com.br](http://www.pmmariana.com.br), e-mail: [licitacao@prefeiturademariana@gmail.com](mailto:licitacao@prefeiturademariana@gmail.com). Tel: (31)35579055. Mariana 13 de setembro de 2022.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG**  
EXTRATO DE CONTRATO P. L. nº 55/22, P.E nº 21/22. Obj: Contratação de empresa habilitada na área de Engenharia Elétrica, especializada para adequação de tarifas das contas de energia, devolução dos valores indevidamente cobrados, conforme previsto na REN nº 414 da ANEEL e suas atualizações. Contrato nº 148/22 - Contratada: IMPULCETTO SERVIÇOS ELÉTRICOS EIRELI. CNPJ: 13.601.773/0001-75 V. total: R\$240.500,00. Vig: 24/08/22 à 23/08/23.  
Danilo W. Veloso - Prefeito. 24/08/22.

**GRADUAÇÃO EAD**  
**Novas Turmas**  
Faça já a sua matrícula!

Estude  
de onde e quando  
quiser!

Invista em você e saia na frente!

Ensino a Distância

Inscreva-se:

[www.kennedy.br](http://www.kennedy.br)  
[faculdadepromove.br/bh](http://faculdadepromove.br/bh)

31 98445-1796

**FACULDADES PROMOVE** **FACULDADES KENNEDY**